

Vulnerabilidades Ambientais em Cabo Verde: Análise das estratégias adotadas pelo governo cabo-verdiano para gestão de riscos de desastres

Boiné Armando Monteiro Cá

Luciana Papi

Rafael Almeida

Resumo expandido

Cabo Verde é um pequeno Estado insular localizado na região ocidental da África, composto por dez ilhas de origem vulcânica. Suas características geofísicas, somadas a um modelo de desenvolvimento econômico ainda em consolidação e a uma ocupação territorial concentrada em áreas costeiras ou regiões vulneráveis, tornam o país particularmente exposto a riscos ambientais. Entre esses riscos, destacam-se eventos meteorológicos extremos e desastres naturais, como secas prolongadas, inundações, cheias e erupções vulcânicas — que não apenas colocam em risco vidas humanas e infraestruturas, como também comprometem seriamente a estabilidade econômica e social do arquipélago.

A vulnerabilidade de Cabo Verde está intimamente ligada às suas especificidades naturais e estruturais. A escassez de recursos hídricos, os solos pouco férteis, a dependência de importações e o isolamento geográfico intensificam os impactos dos desastres naturais. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas vêm ampliando a frequência e a intensidade desses eventos, exigindo do Estado e da sociedade cabo-verdiana respostas institucionais cada vez mais estruturadas e eficazes.

Nos últimos anos, o país enfrentou episódios que evidenciaram essa fragilidade ambiental. Em 2012, a ilha da Boa Vista foi atingida por cheias que afetaram populações locais e danificaram infraestruturas. Entre 2014 e 2015, uma erupção vulcânica na ilha do Fogo se prolongou por 88 dias, provocando a evacuação de comunidades inteiras e a destruição de vilarejos. Já em 2016, as inundações na ilha de Santo Antão também causaram prejuízos materiais e humanos. Esses episódios evidenciaram a necessidade de um arranjo institucional mais sólido e articulado para prevenir, mitigar e responder aos riscos e impactos associados a desastres.

Como resposta a esse contexto crítico, o governo cabo-verdiano deu início, em 2017, à formulação da Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres (ENRRD), um marco importante na institucionalização das políticas de gestão de riscos no país. A estratégia foi aprovada oficialmente em 2018, acompanhada da implementação do Quadro de Recuperação

Pós-Desastre, que estabelece diretrizes para ações coordenadas de reconstrução, com foco na resiliência das comunidades e na reabilitação sustentável das áreas afetadas.

O presente trabalho tem como objetivo central analisar o arranjo institucional previsto na ENRRD, buscando compreender como o Estado de Cabo Verde organiza suas ações e recursos para lidar com os desafios impostos pelos desastres naturais. Em específico, a análise se concentra no papel desempenhado pelos entes governamentais definidos na regulamentação da estratégia, bem como nos recursos mobilizados — humanos, financeiros e tecnológicos — para sua implementação.

A metodologia adotada para este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com foco na legislação, planos estratégicos, relatórios de avaliação e documentos produzidos por órgãos do governo cabo-verdiano e por instituições parceiras, como organismos internacionais de cooperação. O levantamento de dados secundários permite mapear o funcionamento do sistema nacional de gestão de riscos, suas competências, lacunas e perspectivas.

Os resultados preliminares da análise sugerem que, apesar da elevada vulnerabilidade ambiental e de limitações estruturais típicas de pequenos Estados insulares, Cabo Verde tem demonstrado uma progressiva capacidade de formulação e execução de políticas públicas voltadas à gestão de riscos e desastres. A criação da ENRRD representa um avanço institucional significativo, pois promove a integração das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, organizando-as sob um referencial normativo e estratégico comum.

Entre os avanços observados, destaca-se a criação, em 2024, do Fundo Climático e Ambiental de Cabo Verde, com o objetivo de financiar ações voltadas à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e à resposta a desastres ambientais. Esse fundo é um indicativo da preocupação do país em garantir sustentabilidade financeira para políticas preventivas e adaptativas, o que é crucial diante da dependência histórica de recursos internacionais.

Outro aspecto relevante é o esforço para estruturar uma governança multissetorial da gestão de riscos. A ENRRD define papéis e responsabilidades para diferentes níveis de governo, ministérios, serviços especializados e autoridades locais, promovendo articulação entre os setores de proteção civil, ambiente, ordenamento do território, infraestrutura e saúde. Essa abordagem integrada é fundamental para enfrentar os riscos de forma transversal, envolvendo múltiplos atores públicos e privados, bem como organizações da sociedade civil.

No entanto, o estudo também identifica desafios importantes a serem enfrentados. Apesar das iniciativas institucionais, ainda há fragilidades na capacidade técnica e operacional de muitos municípios, o que compromete a implementação plena da estratégia. A ausência de dados sistematizados sobre riscos locais, a baixa frequência de exercícios de simulação e a carência de formação contínua para técnicos e gestores públicos são entraves que dificultam uma atuação preventiva eficaz.

Além disso, a instabilidade dos financiamentos e a dependência de recursos externos ainda limitam a autonomia do Estado para executar ações de longo prazo, especialmente aquelas relacionadas à adaptação climática. A necessidade de consolidar uma cultura de gestão de riscos entre a população também se apresenta como um desafio, exigindo investimentos em educação ambiental, campanhas de sensibilização e mecanismos de participação comunitária.

A análise do arranjo institucional cabo-verdiano demonstra que o país está em uma trajetória de fortalecimento de suas capacidades estatais no campo da redução de riscos de desastres, embora ainda enfrente limitações estruturais e operacionais. A ENRRD, ao consolidar princípios de coordenação, descentralização e sustentabilidade, constitui um instrumento promissor para a construção de um modelo de desenvolvimento mais resiliente e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 13, que trata da ação contra a mudança global do clima.

Em síntese, o caso de Cabo Verde revela a importância de articular esforços institucionais em torno de políticas públicas eficazes e integradas, mesmo em contextos de vulnerabilidade e restrição de recursos. O fortalecimento da governança de risco, com base na cooperação interinstitucional, no planejamento estratégico e na mobilização de recursos financeiros sustentáveis, mostra-se fundamental para ampliar a capacidade de resposta do Estado frente aos desastres naturais e, sobretudo, para proteger vidas e promover o desenvolvimento sustentável no arquipélago.

Referências

CABO VERDE (Relatório - Avaliação das Necessidades Pós- Desastre (PDNA). ERUPÇÃO VULCÂNICA NO FOGO, 2014-2015). Praia, 2015. Disponível em: [Cabo Verde PDNA REPORT PT.pdf](#). Acesso em: 14 maio 2025.

CABO VERDE. (Resolução n.º 4/2017 de 27 de janeiro - Criada a Equipa de Trabalho para a formulação da Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres). Praia: **Boletim Oficial Eletrônico**, 2017. Disponível em: [Resolução n.º 4/2017 - Boletim Oficial n.º 5, I Série de 27-01-2017](#). Acesso em: 19 maio 2025.

CABO VERDE. (Resolução n.º 114/2018 - Aprova a Estratégia Nacional para a Redução de Riscos de Desastres). Praia: **Boletim Oficial Eletrônico**, 2018. Disponível em: [BOE :: Boletim Oficial n.º 66, I Série de 20-10-2018](#). Acesso em: 15 maio 2025.

CABO VERDE. (Resolução n.º 115/2018 - Aprova o Quadro de Recuperação Pós-Desastre). Praia: **Boletim Oficial Eletrônico**, 2018. Disponível em: [BOE :: Boletim Oficial n.º 66, I Série de 20-10-2018](#). Acesso em: 15 maio 2025.

CABO VERDE. (Lei n.º 44/X/2024 de 23 de dezembro - Fundo Climático e Ambiental de Cabo Verde). Praia: **Boletim Oficial Eletrônico**, 2024. Disponível em: [BOE :: Boletim Oficial n.º 123, I Série de 23-12-2024](#). Acesso em: 28 maio 2025.

CABO VERDE. (Relatório do Inquérito Multi-objectivo Contínuo - IMC 2024 - Ambiente e Mudanças Climáticas). Praia: **Portal do Clima**, 2025. Disponível em: [Inquérito Multi-Objetos Contínuo - Portal do Clima](#). Acesso em: 14 maio 2025.

CORREIA, Adalgisa Teixeira. **O papel das leis, planos e projetos urbanos na construção da resiliência para a Cidade da Praia, Cabo Verde**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2017.

DE CASTRO, Maria Eduarda Mendes. **Avaliação ambiental estratégica (AAE) de um plano operacional de gestão de resíduos na ilha do Sal-Cabo Verde**. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biológica) - Universidade do Minho (Portugal) - Escola de Engenharia. Minho, 2017.

MATOS, Pedro Andrade; GARCIA, Gisseila Andrea Ferreira; SANTOS, Mirtes Aparecida dos. O papel do gênero na mitigação e adaptação às mudanças climáticas em Cabo Verde. **Veredas do Direito**, v. 20, p. e202536, 2023.

MONTEIRO, Sandra Santos. **Cooperação Cabo Verde-FAO para a segurança alimentar e adaptação face às alterações climáticas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa (Portugal) - Lisbon School of economic & management. Lisboa, 2021.

RODRIGUES, Ana Mafalda. Cheias/inundações: Vulnerabilidade e informalidade na cidade da Praia, Cabo Verde. **Revista de Estudos Cabo-Verdianos nº. Especial /Atas III EIRI**, 2015.

RODRIGUES, Ana Mafalda. Gestão do Risco e Políticas Públicas: Política de Habitação em Cabo Verde. **InterEspaço Grajaú/MA**, v. 1, n. 3 p. 56-81, Ed. Especial, 2015.